



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

| |
|-----------------------------------|
| Publicação no D.O.E |
| nº. <u>33713</u> pág. <u>7110</u> |
| de: <u>01, 03, 2018</u> |
| Caderno: <u>Public. Dir. AM</u> |

| CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 031/2018 | |
|---|--|
| INTERESSADO (A): | Josiane da Silva Amorim |
| ASSUNTO: | Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE, Edital nº 013/2012 - Decisão nº 002/2013-CD/FAPEAM |
| PROCESSO Nº: | 062.0001048.2017-FAPEAM |

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) a inadimplência da bolsista **Josiane da Silva Amorim**, na Prestação de Contas Técnica Final, referente ao projeto “*Conta que eu conto*”, sob a coordenação da Profa. Naiara Lemos Balbino;

b) o parecer nº 684/2017–ASJUR/FAPEAM desta Fundação que opina pela devolução do recurso concedido à interessada, por descumprimento do item 01, alínea “b”, inciso VIII do Termo de Compromisso e Aceitação de Bolsa e itens 14, inciso VIII e 20, subitens 20.1 e 20.3 do Edital nº 013/2012, combinado com as medidas cabíveis a serem aplicadas dispostas no item 01, alínea “b”, inciso XIV do referido termo de compromisso e item 14, inciso XIV do edital supracitado, assim como aplicação das penalidades previstas na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM.

DECIDE:

I **DETERMINAR** a devolução do recurso recebido pela Senhora **Josiane da Silva Amorim**, no valor de R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), a ser atualizado monetariamente, em razão da ausência da Prestação de Contas Técnica Final;

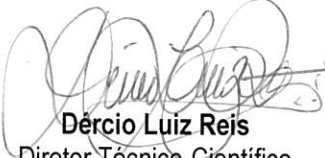
II **APLICAR** a penalidade com a permanência do seu nome no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme disposto na Resolução nº 003/2017 do Conselho Diretor da FAPEAM, a qual foi alterada pela Resolução nº 008/2017-CD/FAPEAM;


III **CIENTIFICAR** a interessada da Decisão do Colegiado;

IV **ENCAMINHAR** cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/1980, e ainda, inscrição da interessada no cadastro de inadimplentes da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 17 de janeiro de 2018.


René Levy Aguiar
Presidente


Dêrcio Luiz Rejs
Diretor Técnico-Científico
Conselheiro


Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto
Diretora Administrativo-Financeira, substituta.
Conselheira